

OBRA SOCIAL PAULO VI

Demonstrações Financeiras e Anexo

31 de dezembro de 2021

Índice

Demonstrações Financeiras	
Balanço	4
Demonstração dos Resultados por Naturezas (por cada resposta social)	5
Demonstração das alterações nos Fundos Patrimoniais	6
Demonstração Fluxos Caixa	8
Anexo	
1. Identificação da Entidade	9
2. Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras	9
3. Principais Políticas Contabilísticas	
3.1. Bases de Apresentação	9
3.2. Políticas de Reconhecimento e Mensuração	10
4. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros	12
5. Ativos Fixos Tangíveis	12
6. Financiamentos Obtidos	13
7. Custos dos Financiamentos Obtidos	13
8. Inventários	13
9. Rendimentos	13
10. Subsídios, doações e legados à exploração	14
11. Imposto sobre o Rendimento	14
12. Benefícios dos empregados	14
13. Divulgações exigidas por outros diplomas legais	14
14. Outras Informações	
14.1. Investimentos Financeiros	14
14.2. Créditos a receber	15
14.3. Outros ativos correntes	15
14.4. Diferimentos	15
14.5. Caixa e depósitos bancários	15
14.6. Fundos Patrimoniais	16
14.7. Fornecedores	16

OBRA SOCIAL PAULO VI

BALANÇO
dezembro 2021

RUBRICAS	NOTAS	Montantes expressos em EURO	
		PERIODOS	
		2021	2020
ACTIVO			
Activo não corrente:			
Activos fixos tangíveis.....	5	575 473,59	599 652,49
Bens do património histórico e cultural.....		0,00	0,00
Activos intangíveis.....		0,00	0,00
Investimentos financeiros.....	14.1	4 210,51	3 355,81
		579 684,10	603 008,30
Activo corrente:			
Inventários.....	8	0,00	0,00
Créditos a receber.....	14.2	23 768,78	10 652,03
Estado e outros entes públicos.....	14.8	3 250,77	4 856,08
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros.....		0,00	0,00
Diferimentos.....	14.4	3 345,01	2 867,31
Outros activos correntes.....	14.3	315 438,98	326 954,91
Caixa e depósitos bancários.....	14.5	697 405,89	585 005,25
		1 043 209,43	930 335,58
Total do activo		1 622 893,53	1 533 343,88
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais:			
Fundos.....		38,58	38,58
Resultados transitados.....		1 206 188,25	1 160 132,81
Ajustamentos/outras variações nos fundos patrimoniais.....		125 098,04	130 537,26
Subsídios ao investimento		125 098,04	130 537,26
Doações			
Outras variações			
		1 331 324,87	1 290 708,65
Resultado líquido do período.....		102 972,37	46 055,44
Total dos fundos patrimoniais	14.6	1 434 297,24	1 336 764,09
PASSIVO			
Passivo não corrente:			
Financiamentos obtidos.....	6	10 273,75	28 273,75
		10 273,75	28 273,75
Passivo corrente			
Fornecedores.....	14.7	3 684,51	3 240,28
Estado e outros entes públicos.....	14.8	21 475,28	22 186,43
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros.....		0,00	0,00
Financiamentos obtidos.....	6	18 000,00	18 000,00
Diferimentos.....		0,00	0,00
Outros passivos correntes.....	14.9	135 162,75	124 879,33
		178 322,54	168 306,04
Total do passivo		188 596,29	196 579,79
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		1 622 893,53	1 533 343,88

O Contabilista Certificado 12501

Ana F. Castro

A Direcção

Amélia Passalunghi
OBRA SOCIAL PAULO VI
 Av. Marechal Craveiro Lopes, 3
Mary Helena Soares

14.8. Estado e Outros Entes Públicos	16
14.9. Outros passivos correntes	17
14.10. Fornecimentos e serviços externos	17
14.11. Outros rendimentos	17
14.12. Outros gastos	18
14.13. Informações genéricas	18
14.14. Acontecimentos após a data do Balanço	18

OBRA SOCIAL PAULO VI

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS
dezembro 2021

RUBRICAS	NOTAS	Montantes expressos em Euro		2021	
		PERÍODOS		Creche	Jardim Infancia
		2021	2020		
RENDIMENTOS E GASTOS					
Vendas e serviços prestados.....	9	449 444,52	457 717,97	118 311,16	331 133,36
Subsídios, doações e legados à exploração.....	10	648 344,43	599 541,09	219 928,77	428 415,66
ISS, IP - Centros Distritais		621 179,92	588 099,72	212 866,00	408 313,92
ISS, IP - Apoios excecionais e extraordinários		16 770,96		4 360,45	12 410,51
Outras entidades publicas					
Subsídios outras entidades					
Doações e heranças		10 393,55	11 441,37	2 702,32	7 691,23
Variação nos inventários da produção.....					
Trabalhos para a própria entidade.....					
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas.....	8	-41 676,05	-37 988,01	-10 736,36	-30 939,69
Fornecimentos e serviços externos.....	14.10	-105 978,59	-87 029,91	-26 911,69	-79 066,90
Gastos com o pessoal.....	12	-825 676,03	-836 076,60	-364 485,50	-461 190,53
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões).....					
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões).....					
Provisões específicas (aumentos/reduções).....					
Outras imparidades (perdas/reversões).....					
Aumentos/reduções de justo valor.....	9+14.3	-195,89	269,89	-50,93	-144,96
Outros rendimentos.....	14.11	15 656,62	11 944,03	3 693,23	11 963,39
Correções relativas a anos anteriores		10 050,24	2 946,00	2 235,57	7 814,67
Correções positivas de participações do ISS, IP		6 257,15	295,38	509,55	5 747,60
Outras correções de anos anteriores		3 793,09	2 650,62	1 726,02	2 067,07
Imputação de subsídios ao investimento		5 439,22	5 439,22	1 414,20	4 025,02
Outros rendimentos		167,16	3 558,81	43,46	123,70
Outros gastos.....	14.12	-11 881,31	-35 041,42	-3 089,14	-8 792,17
Correções relativas a anos anteriores		-3 201,31	-25 811,42	-832,34	-2 368,97
Correções negativas de participações do ISS, IP		0,00	-24 504,60	0,00	0,00
Outras correções de anos anteriores		-3 201,31	-1 306,82	-832,34	-2 368,97
Outros gastos		-8 680,00	-9 230,00	-2 256,80	-6 423,20
Resultados antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		128 037,70	73 337,04	-63 340,46	191 378,16
Gastos/reversões de depreciação e de amortização.....	5	-25 065,33	-27 281,60	-6 516,99	-18 548,34
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		102 972,37	46 055,44	-69 857,45	172 829,82
Juros e rendimentos similares obtidos.....		0,00	0,00	0,00	0,00
Juros e gastos similares suportados.....		0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado antes de impostos		102 972,37	46 055,44	-69 857,45	172 829,82
Imposto sobre o rendimento do período.....					
Resultado líquido do período		102 972,37	46 055,44	-69 857,45	172 829,82

O Contabilista Certificado 12501

Ana F. Castro

A Direcção

Ana Paula Pereira

OBRA SOCIAL PAULO VI
 Av. Winston Churchill, 100, 1700-277 LISBOA

OBRA SOCIAL PAULO VI

Demonstração individual das alterações nos fundos patrimoniais no período 2020

Descrição	Fundos patrimoniais atribuídos aos instituidores da entidade-mãe						Montantes expressos em EURO			
	Fundos	Excedentes técnicos	Reservas	Resultados transferidos	Excedentes de revalorização	Ajustamentos ou tras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período	Total	Interesses que não controlam	Total dos fundos patrimoniais
1 POSICÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2020	38,58	0,00	0,00	1 051 772,58	0,00	135 976,48	108 360,23	1 296 147,87		1 296 147,87
ALTERAÇÕES NO PERÍODO										
Primeira adoção de novo referencial contabilístico								0,00		0,00
Alterações de políticas contabilísticas								0,00		0,00
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras								0,00		0,00
Realização do excedente de revalorização								0,00		0,00
Excedentes de revalorização								0,00		0,00
Ajustamentos por impostos diferidos								0,00		0,00
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais								0,00		0,00
2	0,00	0,00	0,00	108 360,23	0,00	(5 439,22)	(108 360,23)	(5 439,22)		(5 439,22)
3										
4=2+3	0,00	0,00	0,00	108 360,23	0,00	(5 439,22)	(108 360,23)	(5 439,22)	0,00	(5 439,22)
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO										
RESULTADO INTEGRAL										
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO										
Fundos										
Subsídios, doações e legados										
Distribuições										
Outras operações										
5	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00
6=1+2+3+5	38,58	0,00	0,00	1 160 132,81	0,00	130 537,26	46 055,44	1 336 764,09	0,00	1 336 764,09

Contabilista Certificado 12501

Ana F Castro

A Direcção

Ana do Paulo

Isabel Mendes

Mary Katherine R.H. Silva

OBRA SOCIAL PAULO VI

Demonstração individual das alterações nos fundos patrimoniais no período 2021

Descrição	Fundos patrimoniais atribuídos aos instituidores da entidade-mãe										Montantes expressos em EURO	
	Fundos	Excedentes técnicos	Reservas	Resultados transitados	Excedentes de revalorização	Ajustamentos/ou tras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período	Total	Interesses que não controlam	Total dos fundos patrimoniais		
6	38,58	0,00	0,00	1 160 132,81	0,00	130 537,26	46 055,44	1 336 764,09	0,00	1 336 764,09		
7	0,00	0,00	0,00	46 055,44	0,00	(5 439,22)	(46 055,44)	(5 439,22)	0,00	(5 439,22)		
8				46 055,44	0,00	(5 439,22)	(46 055,44)	(5 439,22)	0,00	(5 439,22)		
9=7+8							102 972,37	102 972,37		102 972,37		
10	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
11=6+7+8+10	38,58	0,00	0,00	1 206 188,25	0,00	125 098,04	102 972,37	1 434 297,24	0,00	1 434 297,24		
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO												
RESULTADO INTEGRAL												
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO												
Fundos												
Subsídios, doações e legados												
Distribuições												
Outras operações												

O Contabilista Certificado 12501

Ana F. Castro

A Direcção

André Paulo

Fred D'Acosta

OBRA SOCIAL PAULO VI, e Silva

AV. Marechal Craveiro Lopes, 3

1700-277 LISBOA

OBRA SOCIAL PAULO VI

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA
dezembro 2021

RUBRICAS	NOTAS	Montantes expressos em EURO	
		2021	2020
Fluxos de caixa das actividades operacionais - método directo			
Recebimentos de clientes e utentes		446 012,48	451 482,03
Pagamentos a fornecedores		151 725,60	128 764,90
Pagamentos ao pessoal		813 705,28	816 481,65
Caixa gerada pelas operações		-519 418,40	-493 764,52
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		0,00	0,00
Outros recebimentos/pagamentos		616 138,46	582 230,93
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		96 720,06	88 466,41
Fluxos de caixa das actividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:		1 815,54	39 661,08
Activos fixos tangíveis		977,85	38 767,20
Activos intangíveis			
Investimentos financeiros		837,69	893,88
Outros activos		0,00	0,00
Recebimentos provenientes de:		35 035,19	331,17
Activos fixos tangíveis			
Activos intangíveis			
Investimentos financeiros			0,00
Outros activos		35 000,00	0,00
Subsídios ao investimento			
Juros e rendimentos similares		35,19	331,17
Dividendos			
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)		33 219,65	-39 329,91
Fluxos de caixa das actividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:		460,93	952,94
Financiamentos obtidos			
Realizações de fundos			
Cobertura de prejuizos			
Doações		460,93	952,94
Outras operações de financiamento			0,00
Pagamentos respeitantes a:		18 000,00	18 000,00
Financiamentos obtidos		18 000,00	18 000,00
Juros e gastos similares			
Dividendos			
Reduções de fundos			
Outras operações de financiamento			
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)		-17 539,07	-17 047,06
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3) (A)		112 400,64	32 089,44
Efeito das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes no início do período (B)		585 005,25	552 915,81
Caixa e seus equivalentes no fim do período (C)	14.5	697 405,89	585 005,25

O Contabilista Certificado 12501

Ana Flávia

A Direção

Mary Katherine

OBRA SOCIAL PAULO VI
Av. Marechal Craveiro Lopes, 3
1700-277 LISBOA

Mary Katherine Rot. e Silva

ANEXO

1. Identificação da Entidade

A **Obra Social Paulo VI**, contribuinte n.º 500 846 642, reconhecida como IPSS - Instituição Particular de Solidariedade Social, e registada sob o n.º 7/85, do livro n.º 2 das Fundações de Solidariedade Social em 30 de janeiro de 1985, com sede na Av. Marechal Craveiro Lopes, 1 em Lisboa. Tem como atividade a concessão de bens e a prestação de serviços sociais sem finalidade lucrativa.

2. Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

Em 2021 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de março, com redação dada pelo Decreto-Lei n.º 98/2015 de 2 de junho.

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria 220/2015 de 24 de julho;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 218/2015 de 23 de julho;
- Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRFESNL) – Aviso n.º 8259/2015 de 29 de julho
- Normas Interpretativas (NI).

3. Principais Políticas Contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

3.1. Bases Gerais de Mensuração usados na preparação das Demonstrações Financeiras

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF)

3.1.1. Continuidade:

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo que não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Sector Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à capacidade de cumprir os seus fins estatutários.

3.1.2. Regime do Acréscimo (periodização económica):

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorrerem (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas respetivas contas das rubricas “Devedores e credores por acréscimos”.

3.1.3. Consistência de Apresentação

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante.

3.1.4. Materialidade e Agregação:

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade dependente da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexatidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras influenciarem.

Itens que não são materialmente relevantes para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevantes para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

3.1.5. Compensação

Devido à importância dos ativos e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados.

3.1.6. Informação Comparativa

Pretendeu-se, nas Demonstrações Financeiras, divulgar a informação comparativa com respeito ao período anterior. Respeitando o Princípio da Continuidade da Entidade, procurando que as políticas contabilísticas fossem levadas a efeito de maneira consistente ao longo do tempo. Procedeu-se a alterações das políticas contabilísticas, mas as quantias comparativas não foram afetadas pela reclassificação.

3.2. Políticas de Reconhecimento e Mensuração

3.2.1. Inventários

Os “*Inventários*” estão registados ao custo de aquisição. A Entidade adota como método de custeio dos inventários o custo médio ponderado.

O custo dos inventários inclui os custos de compra (preço de compra, direitos de importação, impostos não recuperáveis, custos de transporte, manuseamento e outros diretamente atribuíveis à compra, deduzidos de descontos comerciais, abatimentos e outros itens semelhantes);

Sempre que o valor realizável líquido é inferior ao custo de compra ou de conversão, procede-se à redução de valor dos inventários, mediante o reconhecimento de um ajustamento, o qual é revertido quando deixam de existir os motivos que o originaram.

3.2.2. Ativos Fixos Tangíveis

Os “*Ativos Fixos Tangíveis*” encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem na forma pretendida, não incluindo qualquer estimativa para custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade possa vir a incorrer.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais.

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizados, pelo método da linha reta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

Na falta de melhor estimativa para os períodos de vida útil esperada, as taxas de depreciação utilizadas correspondem às que se encontram na tabela anexa ao Decreto Regulamentar n.º 25/2009, de 14 de setembro, aplicando-se esta aos bens adquiridos a partir de 01.01.2012.

3.2.3. Créditos a receber e outros ativos correntes

Os “*Créditos a receber*” e os “*Outros ativos correntes*”, encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

3.2.4. Outros ativos e passivos financeiros

Os *Ativos e Passivos Financeiros* foram reconhecidos da forma que se encontra prevista na Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Sector não Lucrativo (NCRF-ESNL), ou seja, «*ao custo, entendido como a quantia nominal dos direitos e obrigações contratuais envolvidos*».

3.2.5. Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica “*Caixa e depósitos bancários*” inclui, caixa e os depósitos bancários e outros que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de alterações de valor.

3.2.6. Fornecedores e outros passivos correntes

As dívidas registadas em “Fornecedores” e “Outros passivos correntes” são contabilizadas pelo seu valor nominal.

3.2.7. Fundos Patrimoniais

A rubrica “Fundos” constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os “Fundos Patrimoniais” são compostos por:

- fundos atribuídos pelos sócios da Entidade ou terceiros;
- fundos acumulados e outros excedentes.

3.2.8. Estado e Outros Entes Públicos

Nos termos do art.º 10º do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC):

“1 — Estão isentas de IRC:

a) As pessoas colectivas de utilidade pública administrativa;
 b) As instituições particulares de solidariedade social, bem como as pessoas colectivas àquelas legalmente equiparadas; ou predominantemente, fins científicos ou culturais, de caridade, assistência, beneficência, solidariedade social ou defesa do meio ambiente.

c) As pessoas colectivas de mera utilidade pública que prossigam, exclusiva ou predominantemente, fins científicos ou culturais, de caridade, assistência, beneficência, solidariedade social ou defesa do meio ambiente.

2 — A isenção prevista na alínea c) do número anterior carece de reconhecimento pelo Ministro das Finanças, a requerimento dos interessados, mediante despacho publicado no Diário da República, que define a respectiva amplitude, de harmonia com os fins prosseguidos e as actividades desenvolvidas para a sua realização, pelas entidades em causa e as informações dos serviços competentes da Direcção-Geral dos Impostos e outras julgadas necessárias.

3 — A isenção prevista no n.º 1 não abrange os rendimentos empresariais derivados do exercício das actividades comerciais ou industriais desenvolvidas fora do âmbito dos fins estatutários, bem como os rendimentos de títulos ao portador, não registados nem depositados, nos termos da legislação em vigor, e é condicionada à observância continuada dos seguintes requisitos:

a) Exercício efectivo, a título exclusivo ou predominante, de actividades dirigidas à prossecução dos fins que justificaram o respectivo reconhecimento da qualidade de utilidade pública ou dos fins que justificaram a isenção consoante se trate, respectivamente, de entidades previstas nas alíneas a) e b) ou na alínea c) do n.º 1;

b) Afectação aos fins referidos na alínea anterior de, pelo menos, 50% do rendimento global líquido que seria sujeito a tributação nos termos gerais, até ao fim do 4.º período de tributação posterior àquele em que tenha sido obtido, salvo em caso de justo impedimento no cumprimento do prazo de afectação, notificado ao director -geral dos impostos, acompanhado da respectiva fundamentação escrita, até ao último dia útil do 1.º mês subsequente ao termo do referido prazo;

c) Inexistência de qualquer interesse directo ou indirecto dos membros dos órgãos estatutários, por si mesmos ou por interposta pessoa, nos resultados da exploração das actividades económicas por elas prosseguidas.

4 — O não cumprimento dos requisitos referidos nas alíneas a) e c) do número anterior determina a perda da isenção, a partir do correspondente período de tributação, inclusive.

5 — Em caso de incumprimento do requisito referido na alínea b) do n.º 3, fica sujeita a tributação, no 4.º período de tributação posterior ao da obtenção do rendimento global líquido, a parte desse rendimento que deveria ter sido afectada aos respectivos fins.”

Assim, esta rubrica só reconhece os impostos sobre o rendimento sujeitos a retenção na fonte e as contribuições obrigatórias para a Segurança Social.

3.2.9. Rédito

O rédito compreende o justo valor das prestações de serviços, sendo reconhecido no momento da prestação do serviço. As quotas são reconhecidas pelo seu recebimento. Os juros são reconhecidos atendendo à periodização económica.

3.2.10. Subsídios à exploração e outros

Estes subsídios são reconhecidos, sempre que possível, como rendimentos do próprio período independentemente da data do seu recebimento.

3.2.11. Subsídios ao Investimento

Os subsídios ao investimento são reconhecidos à data do acordo, em Fundos Patrimoniais, e são refletidos no resultado com a imputação de acordo com a depreciação do ativo afeto ao investimento.

3.2.12. Acontecimentos subsequentes

Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço (“adjusting events”) são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço (“non adjusting events”) são divulgados nas demonstrações financeiras, se forem considerados materiais.

3.2.13. Juízos de valor críticos e principais fontes de incerteza associada a estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras em conformidade com as NCRF-ESNL, a Entidade adotou certos pressupostos e estimativas que afetam os ativos e passivos reportados, bem como os rendimentos e gastos incorridos relativos aos períodos reportados. Todas as estimativas e suposições efetuadas pela Entidade foram efetuadas com base no seu melhor conhecimento existente, à data de aprovação das demonstrações financeiras, dos eventos e transações em curso. As estimativas contabilísticas mais significativas refletidas nas demonstrações financeiras incluem:

- Férias e Subsídio de Férias
- Subsídios à exploração

As estimativas foram determinadas com base na melhor informação disponível à data da preparação das demonstrações financeiras e com base no melhor conhecimento e na experiência de eventos passados e/ou correntes. No entanto, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações a essas estimativas, que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras, serão corrigidas na demonstração de resultados de forma prospetiva, conforme disposto pela NCRF 4 – Políticas Contabilísticas, Alterações nas Estimativas Contabilísticas e Erros. Por este motivo e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das transações em questão poderão diferir das correspondentes estimativas.

4. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas.

5. Ativos Fixos Tangíveis

Designação	Saldo 01-01-2021	Aquisições Dotações	Abates	Transferências	Reavaliações	Saldo 31-12-2021
Custo						
Terrenos e Recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	1 161 911,44	0,00	0,00	0,00	0,00	1 161 911,44
Equipamento Básico	186 718,30	0,00	0,00	0,00	0,00	186 718,30
Equipamento Transporte	2 992,79	0,00	0,00	0,00	0,00	2 992,79
Equipamento administrativo	102 725,47	0,00	0,00	0,00	0,00	102 725,47
Outros Ativos Fixos Tangíveis	5 636,29	886,43	0,00	0,00	0,00	6 522,72
Ativos Fixos Tangíveis em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	1 459 984,29	886,43	0,00	0,00	0,00	1 460 870,72
Depreciações acumuladas						
Terrenos e Recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	566 695,56	24 209,90	0,00	0,00	0,00	590 905,46
Equipamento Básico	181 725,82	633,82	0,00	0,00	0,00	182 359,64
Equipamento Transporte	2 992,79	0,00	0,00	0,00	0,00	2 992,79
Equipamento administrativo	104 219,91	0,00	0,00	0,00	0,00	104 219,91
Outros Ativos Fixos Tangíveis	4 697,72	221,61	0,00	0,00	0,00	4 919,33
Total	860 331,80	25 065,33	0,00	0,00	0,00	885 397,13
Valor Líquido	599 652,49					575 473,59

Designação	Saldo 01-01-2020	Aquisições Dotações	Abates	Transferências	Reavaliações	Saldo 31-12-2020
Custo						
Terrenos e Recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	1 130 169,02	31 742,42	0,00	0,00	0,00	1 161 911,44
Equipamento Básico	183 318,11	3 400,19	0,00	0,00	0,00	186 718,30

Equipamento Transporte	2 992,79	0,00	0,00	0,00	0,00	2 992,79
Equipamento administrativo	102 725,47	0,00	0,00	0,00	0,00	102 725,47
Outros Ativos Fixos Tangíveis	5 636,29	0,00	0,00	0,00	0,00	5 636,29
Ativos Fixos Tangíveis em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	1 424 841,68	35 142,61	0,00	0,00	0,00	1 459 984,29
Depreciações acumuladas						
Terrenos e Recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	542 485,66	24 209,90	0,00	0,00	0,00	566 695,56
Equipamento Básico	180 592,98	1 132,84	0,00	0,00	0,00	181 725,82
Equipamento Transporte	2 992,79	0,00	0,00	0,00	0,00	2 992,79
Equipamento administrativo	102 281,05	1 938,86	0,00	0,00	0,00	104 219,91
Outros Ativos Fixos Tangíveis	4 697,72	0,00	0,00	0,00	0,00	4 697,72
Total	833 050,20	27 281,60	0,00	0,00	0,00	860 331,80
Valor Líquido	591 791,48					599 652,49

6. Financiamentos Obtidos

Designação	2021			2020		
	Início período	Pagamentos	Fim período	Início período	Pagamentos	Fim período
P.P.I. Irmãs Santa Doroteia	46 273,75	18 000,00	28 273,75	64 273,75	18 000,00	46 273,75
Total	46 273,75	18 000,00	28 273,75	64 273,75	18 000,00	46 273,75

Designação	Capital em dívida		
	n/Corrente	Corrente	Total
Província Portuguesa Instituto Irmãs Santa Doroteia	10 273,75	18 000,00	28 273,75
Total	10 273,75	18 000,00	28 273,75

7. Custos dos Financiamentos Obtidos

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são usualmente reconhecidos como gastos à medida que são incorridos. No entanto a entidade não teve qualquer encargo financeiro com empréstimos obtidos, em 2021 e 2020.

8. Inventários

Em 31 de dezembro de 2020 e de 2021 a rubrica "Inventários" apresentava os seguintes valores.

Designação	Mercadorias		Matérias-Primas	
	2021	2020	2021	2020
Existência Inicial	0,00	0,00	0,00	0,00
Compras	0,00	0,00	31 743,43	27 499,58
Regularização de existências	0,00	0,00	9 932,62	10 488,43
Existência Final	0,00	0,00	0,00	0,00
CMVMC	0,00	0,00	41 676,05	37 988,01

9. Rendimentos

Para os períodos de 2020 e 2021 foram reconhecidos os seguintes rendimentos.

Designação	2021	2020
Prestação de Serviços	449 444,52	457 717,97
Quotas	0,00	0,00
Utentes e comunidade	449 444,52	457 717,97

Subsídios, doações e outros	648 344,43	599 541,09
Subsídios do Estado e outros Entes Públicos	637 950,88	588 099,72
Doações e heranças	10 393,55	11 441,37
Reversões	0,00	0,00
Ganhos por aumentos de justo valor	0,00	269,89
Outros rendimentos	15 621,43	11 612,86
Juros, dividendos e outros	35,19	331,17
Total	1 113 445,57	1 069 472,98

10. Subsídios, doações e legados à exploração

A 31 de dezembro de 2021 e 2020, a Entidade tinha nas rubricas de “Subsídios, doações e legados à exploração” registado os seguintes montantes:

Designação	2021	2020
Subsídios do Governo	637 950,88	588 099,72
Instituto da Segurança Social	637 950,88	588 099,72
Creche	212 866,00	197 028,60
Jardim Infância / Pré-Escolar	408 313,92	391 071,12
Apoio Layoff	16 770,96	0,00
Doações e heranças	10 393,55	11 441,37
Total	648 344,43	599 541,09

11. Imposto sobre o Rendimento

Esta rubrica não apresenta saldos a 31 de dezembro de 2021 e 2020

12. Benefícios dos empregados

Nenhum membro dos órgãos sociais usufrui de qualquer remuneração.

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Designação	2021	2020
Remunerações	670 797,04	674 557,89
Pessoal	670 797,04	674 557,89
Indemnizações	501,29	689,28
Encargos sobre Remunerações	143 110,86	148 929,54
Pessoal	143 110,86	148 929,54
Seguro de A. de Trabalho	8 002,72	7 373,76
Outros Gastos com o Pessoal	3 264,12	4 526,13
Total	825 676,03	836 076,60

13. Divulgações exigidas por outros diplomas legais.

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora.

14. Outras Informações

14.1. Investimentos Financeiros

A 31 de dezembro de 2021 e 2020, a Entidade tinha nas rubricas de “Investimentos Financeiros” registado os seguintes montantes:

Designação	Saldo 01-01-2021	Aquisições	Aumentos	Reduções	Saldo 31-12-2021
Investimentos em subsidiárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros investimentos financeiros	3 355,81	854,70	0,00	0,00	4 210,51
Fundo Reestruturação Setor Solidário	381,04	0,00	0,00	0,00	381,04
Fundo Compensação do Trabalho	2 974,77	854,70	0,00	0,00	3 829,47
Total	3 355,81	854,70	0,00	0,00	4 210,51

14.2. Créditos a receber

A 31 de dezembro de 2021 e 2020, apresentava os seguintes saldos:

Designação	2021	2020
Cientes e Utentes		
Utentes c/c	23 768,78	10 652,03
Total	23 768,78	10 652,03

14.3. Outros ativos correntes

A rubrica "Outros ativos correntes", tinha em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a seguinte decomposição:

Designação	2021	2020
Outros Instrumentos financeiros detidos p/a negociação	231 605,03	266 800,92
Cx Gest *1	231 605,03	231 800,92
Cx Taxmix Mar 2021	0,00	35 000,00
Fornecedores	0,00	2 848,12
Adiantamentos a Fornecedores	0,00	2 848,12
Pessoal	1 004,67	389,19
Remunerações a pagar	1 004,67	389,19
Outros devedores	82 829,28	56 916,68
Entidades do Estado	82 808,28	56 904,68
ISS	82 808,28	56 904,68
Outros	21,00	12,00
Total	315 438,98	326 954,91

*1 Redução Justo Valor Cx Gest 195,89€

14.4. Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2021 e 2020, a rubrica "Diferimentos" englobava os seguintes saldos:

Designação	2021	2020
Gastos a reconhecer		
Seguros	2 686,27	2 867,31
Outros	658,74	0,00
Total	3 345,01	2 867,31

14.5. Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de "Caixa e Depósitos Bancários", em 2020 e 2021, encontrava-se com os seguintes saldos:

Designação	2021	2020
Caixa	515,40	407,91
Depósitos à ordem	696 890,49	59 597,34
Outros depósitos bancários	0,00	525 000,00
Total	697 405,89	585 005,25

14.6. Fundos Patrimoniais

Nos “Fundos Patrimoniais” ocorreram as seguintes variações:

Designação	Saldo 01-jan-21	Aumentos	Diminuições	Saldo 31-dez-21
Fundos	38,58	0,00	0,00	38,58
Resultados Transitados	1 160 132,81	46 055,44	0,00	1 206 188,25
Outras variações nos fundos patrimoniais	130 537,26	0,00	-5 439,22	125 098,04
Subsídios Investimento	130 537,26	0,00	-5 439,22	125 098,04
Valor de 2020	130 537,26			130 537,26
Imputação de subsídios		0,00	-5 439,22	-5 439,22
Doações	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado líquido do período	46 055,44	102 972,37	-46 055,44	102 972,37
Total	1 336 764,09	149 027,81	-51 494,66	1 434 297,24

14.7. Fornecedores

O saldo da rubrica de “Fornecedores” e “Fornecedores de Investimentos” é discriminado da seguinte forma:

Designação	2021	2020
Fornecedores c/c	3 684,51	3 240,28
Fornecedores de Investimentos	0,00	0,00
Total	3 684,51	3 240,28

14.8. Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de “Estado e outros Entes Públicos” está dividida da seguinte forma:

Designação	2021	2020
Ativo		
Imposto s/ Rendimento - IRC	0,00	0,00
Imposto sobre o Valor Acrescentado - IVA	3 250,77	4 856,08
*Ao abrigo Dec.Lei 20/90 e referente a obras	1 515,59	3 273,89
*Ao abrigo Dec.Lei 20/90 e referente equipamento	726,23	936,39
*Ao abrigo Dec.Lei 20/90 e referente Alimentação e bebidas	1 008,95	645,80
Total	3 250,77	4 856,08
Passivo		
Retenção Imposto s/ Rendimento - IRS	5 544,47	5 589,00
Contribuições para a Segurança Social	15 829,56	16 514,56
Outros Impostos e Tributações	101,25	82,87
Total	21 475,28	22 186,43

14.9. Outros passivos correntes

A rubrica “Outros passivos correntes” desdobra-se da seguinte forma:

Designação	2021	2020
Clientes e Utentes	6 309,07	1 026,57
Adiantamento de utentes Cofre	6 309,07	1 026,57
Pessoal	0,00	389,18
Outras operações com pessoal	0,00	389,18
Credores por acréscimos de gastos	126 245,70	123 144,04
Remunerações a liquidar	121 570,98	122 198,37
Subsídio de Férias e Férias a Liquidar	99 483,04	100 093,58
Encargos sobre F+S. Férias a Liquidar	22 087,94	22 104,79
Outros Acréscimos	4 674,72	945,67
Outros credores	2 607,98	319,54
Total	135 162,75	124 879,33

14.10. Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos “Fornecimentos e serviços externos” nos períodos findos de 2021 e de 2020, foi a seguinte:

Descrição	2021	2020
Subcontratos		
Trabalhos especializados	27 901,29	27 348,00
Vigilância e segurança	15 535,44	13 564,47
Honorários	3 043,99	2 196,74
Conservação e Reparação	22 849,29	7 856,95
Serviços bancários	493,29	1 274,19
Ferramentas e Utensílios Desgaste Rápido	2 343,68	1 223,14
Livros e documentação técnica	64,70	0,00
Material de escritório	205,39	403,76
Material didático	1 385,48	601,76
Rouparia	0,00	230,34
Artigos saúde utentes	554,47	108,61
Jornais e revistas	35,00	57,00
Eletricidade	5 416,36	5 220,68
Combustíveis	308,65	264,41
Água	7 038,40	7 104,79
Gás	7 311,02	9 153,88
Deslocações e Estadas	1 676,10	52,10
Transportes de pessoal	0,00	41,50
Transportes de mercadorias	123,00	1 107,00
Comunicação	2 433,44	2 156,58
Seguros	1 160,41	808,61
Limpeza, higiene e conforto	5 947,56	5 999,10
Outros Serviços	151,63	256,30
Total	105 978,59	87 029,91

14.11. Outros rendimentos

A rubrica de “Outros rendimentos” encontra-se dividida da seguinte forma:

Designação	2021	2020
Rendimentos Suplementares	0,00	1 687,00
Descontos de pronto pagamento obtidos	131,97	114,34
Recuperação de dívidas a receber	0,00	1 418,92
Outros Rendimentos	15 489,46	8 392,60
Correções períodos anteriores	10 050,24	2 946,00
Imputação de Subsídios para Investimento	5 439,22	5 439,22
Outros	0,00	7,38
Juros, dividendos e outros rendi/os similares	35,19	331,17
Total	15 656,62	11 944,03

14.12. Outros gastos

A rubrica de “Outros gastos” encontra-se dividida da seguinte forma:

Designação	2021	2020
Outros	11 881,31	35 041,42
Correções relativas a períodos anteriores	3 201,31	25 811,42
Donativos	8 390,00	8 940,00
Quotizações	290,00	290,00
Total	11 881,31	35 041,42

14.13. Informações genéricas

O número médio real de utentes e pessoal ao serviço foi, em 2021 e 2020, o seguinte:

Designação	2021		2020	
	Utentes	Funcionários	Utentes	Funcionários
Creche	60	19	57	23
Jardim Infância	170	25	166	23
Total	230	44	223	46

14.14. Acontecimentos após data de Balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras a 31 de dezembro de 2021.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

Ainda atendendo às “Medidas excecionais e temporárias de resposta à situação epidemiológica provocada pelo coronavírus SARS-CoV-2 e da doença COVID-19”, declarada pela Organização Mundial de Saúde, como pandemia em 11 de março de 2020, que deram origem a diversos confinamentos e regras de distanciamento social da população em geral, a Obra esteve obrigada ao encerramento temporário das atividades e mesmo em funcionamento esteve limitada nas suas atividades e funcionamento normais, atendendo a isso adaptou-se internamente tanto quanto possível.

Sabe-se que o COVID-19 tem um impacto significativo na atividade económica mundial e que esse impacto perdurará para além da pandemia. À presente data já foram, em Portugal, levantadas praticamente todas as medidas de restrição, não se prevendo, no entanto se serão definitivas.

Acrescendo a esta situação no final de fevereiro de 2022 a Rússia deu início à invasão de territórios Ucrainianos estando aberto o conflito armado entre os dois países. Desconhecendo-se ainda o impacto total

deste evento a Europa e o mundo em geral sofrerá as consequências deste conflito pelo menos em questões económicas, quer pelo aumento de preços em geral, quer até pela possível escassez de alguns produtos

Queluz de Baixo, 19 de maio de 2022

O Contabilista Certificado, 12501

Ana F. Castro

As demonstrações financeiras para o período findo em 31 de dezembro de 2021 foram aprovadas pela Direção.

A Direção

Lisboa, 30 de maio de 2022

André Pereira

Isabel Nunes
OBRA SOCIAL PAULO VI
Av. Marechal Craveiro Lopes, 3

Mary Katherine R. P. Silva
1700-277 LISBOA

Ata número duzentos e setenta

Aos trinta dias do mês de maio de dois mil e vinte e dois, pelas dezasseis horas, reuniu a Direção da Obra Social Paulo VI, com sede na Avenida Marechal Craveiro Lopes, número três, mil setecentos e sessenta e sete, Lisboa, a fim de proceder à aprovação das Contas de Gerência de dois mil e vinte e um; depois de lidas as contas de dois mil e vinte e um, tendo em conta o parecer do Conselho Fiscal, a Direção constatou que o resultado das contas em euros é de 102.972,37 (cento e dois mil novecentos e sessenta e dois euros e trinta e sete cêntimos). Este valor foi aprovado por todos os elementos da Direção. Terminada a reunião, lavrou-se a presente Ata, que após lida e aprovada, vai ser assinada pelos membros da Direção.

Lisboa, trinta de maio de dois mil e vinte e dois.

Presidente: Amalinda Pereira

Secretária: Mary Kathemio R. Medeiros

Tesoureiro: Isebel Duarte

ATA NÚMERO CINQUENTA E TRÊS

Aos trinta dias do mês de Maio de dois mil e vinte e dois, a OBRA SOCIAL PAULO VI, sito na Av. Marechal Craveiro Lopes, número dois

mil e setecentas - duzentos e oitenta e quatro, Lisboa reuniu o Conselho Fiscal para analisar as contas de dois mil e vinte e um.

Foi parecer do Conselho Fiscal ter havido uma gestão equilibrada e correta.

Não havendo mais nada a tratar concluiu-se a sessão e desta se lavrou a presente ata que é assinada, segundo a constituição do Conselho Fiscal.

Lisboa, trinta de Maio de dois mil e vinte e dois
Presidente: Maria Manuel Campos Oliveira

1.º Vogal: Luíza de Conceição Rodrigues dos Santos

2.º Vogal: Helena Maria Rodrigues

